

REQUERIMENTO N° 306 / 2018

Divinópolis, 25 de Outubro de 2018

Exmo. Sr. Vereador Adair Otaviano de Oliveira Presidente Câmara Municipal Divinópolis

Senhor Presidente,

O Vereador que o presente subscreve, nos termos regimentais, requerer de Vossa Excelência, depois de ouvido o soberano Plenário, que este requerimento seja encaminhado ao Exmo. Prefeito Municipal Galileu Teixeira Machado onde solicito as seguintes informações:

- * Quais os valores repassados do Fundeb no ano de 2018 para Divinópolis?
- * Existem pendências há receber do Fundeb? Qual Valor?
- * Como está o pagamento dos Professores neste município?

JUSTIFICATIVA:

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006, o Fundeb está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020.

É um importante compromisso da União com a educação básica, na medida em que aumenta em dez vezes o volume anual dos recursos federais. Além disso, materializa a visão sistêmica da educação, pois financia todas as etapas da educação básica e reserva recursos para os programas direcionados a jovens e adultos.



A estratégia é distribuir os recursos pelo país, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões — a complementação do dinheiro aplicado pela União é direcionada às regiões nas quais o investimento por aluno seja inferior ao valor mínimo fixado para cada ano. Ou seja, o Fundeb tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação.

A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do programa são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados especificamente para esse fim. O Ministério da Educação promove a capacitação dos integrantes dos conselhos.

Respeitando os princípios do Estado de Direito e baseado nos dispositivos do Regimento Interno do Poder Legislativo e Lei Orgânica é que solicitamos tais informações para que possamos subsidiar o nosso trabalho parlamentar.

Sem mais para o momento, aguardaremos retorno nos termos regimentais.

Cleitinho Azevedo Vereador PPS